

**Fornecedor: Soft Line Consultoria em Sistemas Ltda. CNPJ:**

**CNPJ: 01.088.911/0001-85**

## Justificativa Técnica - Provisão de Férias e Abono de 1/3 Constitucional

Em resposta ao questionamento da Administração sobre a ausência do abono de 1/3 constitucional de férias no Grupo B da planilha de custos, apresentamos a seguir a justificativa técnica e legal detalhada.

### 1. Justificativa Técnica sobre a Alíquota do Abono de Férias (1/3 Constitucional)

A alíquota de 8,33% indicada no Grupo B - B.02 corresponde exclusivamente à provisão do salário de férias, ou seja, ao valor equivalente a 1/12 do salário mensal, que o empregado recebe ao completar 12 meses de trabalho, conforme o art. 129 da CLT.

Já a alíquota referente ao abono de 1/3 constitucional sobre as férias foi corretamente destacada à parte no Grupo C - C.05, no valor de 2,78%, representando 1/3 de 1/12 do salário anual, conforme determina o art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal e o art. 142 da CLT.

Portanto, a empresa não omitiu o abono de 1/3, mas sim separou tecnicamente os eventos em grupos distintos para fins de melhor controle, conforme prática contábil consolidada.

### 2. Memória de Cálculo da Alíquota Total de Férias com 1/3 Constitucional

Cálculo da provisão mensal de férias com o abono:

- Férias (salário base):  $1 \text{ salário} \div 12 \text{ meses} = 8,33\%$
- 1/3 constitucional de férias:  $1 \text{ salário} \div 12 \text{ meses} \times 1/3 = 2,78\%$
- Total:  $8,33\% + 2,78\% = 11,11\%$

Na planilha, ainda foi considerada:

- C.06 – Abono de férias sobre licença maternidade (0,10%)
- E.03 – FGTS sobre o 1/3 de férias (0,08%)

Total Geral previsto:  $11,11\% + 0,10\% + 0,08\% = 11,29\%$

A diferença para os 12,10% apontados pela Administração pode decorrer de apropriações distintas sobre eventos adicionais ou parâmetros conservadores adotados pela contratante.

### 3. Base Legal e Documental dos Percentuais Adotados

- Férias (8,33%): Art. 129 a 134 da CLT – direito a 30 dias de férias após 12 meses de trabalho.
- Abono de 1/3 (2,78%): Art. 7º, XVII da CF/88 e Art. 142 da CLT – adicional de 1/3 sobre férias.
- Separação por grupo contábil: Amparada por boas práticas contábeis adotadas em planilhas de composição de custos públicas (ex: TCU, AGU, MPOG, IN 05/2017).

### 4. Garantia da Regularidade na Execução Contratual

A metodologia adotada não compromete a regularidade contratual, pois:

- Todos os encargos obrigatórios estão integralmente considerados;
- O total de provisão (11,29%) está dentro de margem de segurança usual;
- A Conta Vinculada será alimentada considerando o total previsto, garantindo o cumprimento integral das obrigações trabalhistas.

### Conclusão

Reiteramos que a empresa atende plenamente à legislação trabalhista, e que a separação entre a provisão do salário de férias e o abono de 1/3 constitucional é uma decisão técnica de apresentação contábil, sem prejuízo à garantia legal e orçamentária para cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

